

O manual escolar de Língua Portuguesa e o seu papel na promoção da leitura e da literacia

Maria da Esperança de Oliveira Martins

Cristina Manuela Branco Fernandes de Sá

Universidade de Aveiro

CIDTFF – Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores

LEIP – Laboratório de Investigação em Educação em Português

Palavras-chave

Compreensão na leitura, Literacia, Manuais Escolares de Língua Portuguesa.

Resumo

Numa Sociedade do Conhecimento como a nossa, espera-se que haja uma aposta inequívoca no desenvolvimento das competências de comunicação verbal, para assegurar um melhor processamento da informação.

Os graves problemas que afectam a realidade educativa portuguesa têm sido sucessivamente diagnosticados através de avaliações do desempenho em literacia, nacionais e internacionais, que situam Portugal na cauda dos países da OCDE.

No que se refere especificamente à compreensão na leitura, reconhecemos que é importante trabalhar a capacidade de extrair informação relevante dos textos escritos, para que esta se converta num poderoso instrumento de obtenção e tratamento de informação, de aprendizagem transversal e de inserção social e não se reduza a uma mera aprendizagem escolar. Assim, urge abordar a compreensão na leitura reforçando a sua importância transdisciplinar e extra-escolar.

Por serem um dos recursos educativos mais utilizados nas escolas, pretendemos trazer os manuais escolares de Língua Portuguesa para o cerne da discussão, esperando contribuir para a elaboração de manuais mais adequados à aquisição e desenvolvimento de competências de compreensão na leitura.

Para melhor compreender a forma como estes manuais promovem a leitura, concebem o processo de compreensão a ela associado e permitem a aquisição e desenvolvimento de competências transversais de compreensão na leitura, decidimos proceder à sua análise, tendo em vista objectivos como: i) determinar em que medida

o manual de Língua Portuguesa define um perfil de leitor que tem em conta as actuais necessidades em termos de sucesso escolar e de integração social e ii) questionar a forma como aborda a compreensão na leitura orientado para o desenvolvimento de competências transversais neste domínio.

São ainda muitas as fragilidades dos manuais, no que respeita à promoção da leitura e ao desenvolvimento da compreensão leitora. Através desta comunicação, pretendemos apresentar alguns dos resultados do estudo piloto de um projecto que estamos a desenvolver.

Introdução

O presente trabalho tem como objectivo reflectir sobre a importância de adquirir e desenvolver competências transversais, particularmente no que à compreensão na leitura diz respeito, para uma adequada integração na sociedade actual e para se poder usufruir dos vários recursos que esta põe à nossa disposição.

Face à participação de Portugal em vários estudos internacionais e nacionais sobre literacia, particularmente literacia em leitura, e à má imagem da população portuguesa revelada pelos mesmos, nota-se um compromisso crescente com a necessidade de melhorar os níveis de literacia nacionais.

Neste contexto, consideramos que pode haver uma relação positiva entre o desenvolvimento de competências associadas à compreensão na leitura e os manuais da área curricular disciplinar de Língua Portuguesa.

Sendo assim, é nosso objectivo repensar o contributo que estes manuais poderão dar para a aquisição e desenvolvimento das competências acima referidas.

Deste modo, enveredamos por um trabalho de reflexão em profundidade, que visa determinar se o manual de Língua Portuguesa define um perfil de leitor adequado às actuais necessidades em termos de sucesso escolar e de integração social e questionar a forma como este concebe a compreensão na leitura e o processo de ensino/aprendizagem a ela associado.

A fim de cumprir os objectivos traçados para este projecto e melhor evidenciar os problemas de (i) literacia da população portuguesa, concentraremos agora a nossa atenção na participação de Portugal em vários estudos sobre literacia em leitura, internacionais e nacionais.

1. Os estudos sobre literacia em leitura: breve enquadramento

Entendemos *literacia* como a capacidade para compreender e utilizar informação escrita presente em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos) na vida quotidiana (social, profissional e pessoal), com vista a atingir objectivos pessoais e alargar conhecimentos e capacidades (OECD, 2001).

1.1. Visão internacional

Tomando como ponto de partida três estudos internacionais sobre literacia em leitura em que Portugal participou – IEA (em 1991), IALS (em 1998) e PISA (em 2000) –, procuraremos traçar o perfil dos nossos leitores e alertaremos para a necessidade de introduzir alterações no modo como o processo de ensino/aprendizagem da leitura é abordado nas escolas portuguesas nos diferentes ciclos do Ensino Básico.

O estudo *Reading literacy*, organizado pela Internacional Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA), em 1991, foi o primeiro estudo sobre literacia em contexto de leitura no qual Portugal participou. Abrangeu 32 países e contemplou alunos que frequentavam o 4º e o 9º Anos de escolaridade.

Em comparação com os colegas dos restantes países, o desempenho médio dos alunos portugueses do 4º Ano de escolaridade foi bastante fraco, tendo Portugal ficado na vigésima terceira posição entre os 27 países cujos dados foram analisados (Elly, 1992).

Verificando o desempenho de acordo com o tipo de textos de suporte, notamos que, embora as diferenças não sejam abissais, os nossos alunos obtiveram melhores pontuações nos itens referentes a textos narrativos e expositivos e piores nos itens referentes a documentos.

Relativamente aos alunos de 9º Ano, entre os 32 países que participaram no estudo, Portugal ocupou o 14º lugar, com uma média de desempenho ligeiramente superior à média obtida para todos os países participantes e idêntica para os três tipos de texto utilizados no estudo.

É importante referir que, segundo Inês Sim-Sim e Glória Ramalho (1993), é a baixa percentagem de jovens que frequentavam o 9º Ano de escolaridade, em 1991 (53% contra os 100% que frequentavam o 1º Ciclo do Ensino Básico), que ajuda a explicar a diferença de posição destes alunos comparativamente à dos seus colegas mais novos. Pressupõe-se que o facto de haver menos alunos a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico se deve a uma maior selecção dos mesmos.

Posteriormente, Portugal participou no Estudo IALS (1999), organizado pela OCDE em cooperação com o Ministério da Indústria do Canadá. Este estudo avaliou

os níveis de literacia dos indivíduos entre os 16 os 65 anos, de 20 países, e incidiu sobre três domínios: literacia em prosa (que compreende a informação normal de um jornal, por exemplo), literacia documental (que compreende documentos tais como cheques ou mapas) e literacia quantitativa (que compreende a leitura de montantes, percentagens, entre outros)

Neste estudo, à semelhança do anterior, a literacia foi encarada como a capacidade de leitura e escrita que os adultos utilizam na sua vida quotidiana, no trabalho e na colectividade para atingirem os seus objectivos e desenvolverem os seus conhecimentos e potencial.

Como se pode verificar pelo quadro abaixo apresentado, os resultados relativos à população portuguesa situaram-se nos níveis mais baixos em todos os domínios.

Literacia	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Níveis 4 e 5
Prosa	48.0%	29.0%	18.5%	4.4%
Documental	49.1%	31.0%	16.6%	3.2%
Quantitativa	41.6%	30.2%	23.0%	5.2%

Quadro 1: Percentagens da população entre os 16 e os 65 anos, nos vários níveis e tipos de literacia (Fonte OECD and Ministry of Industry of Canada, 2000)

Analisando o desempenho nacional no contexto dos 20 países, constatámos que a posição ocupada por Portugal corresponde ao 19º lugar, nos três domínios (OECD e MIC, 2000).

Mais tarde, no âmbito do PISA (Programme for the International Student Assessment), foi realizado um outro estudo, também da responsabilidade da OCDE, cujo primeiro ciclo, consagrado à literacia em leitura, decorreu em 2000 e abarcou estudantes de 15 anos de 32 países industrializados, entre os quais se contava Portugal.

Dos estudantes portugueses que participaram no estudo, 25% ficaram no primeiro nível de literacia ou não o atingiram sequer, sendo apenas capazes de realizar tarefas de leitura menos complexas, tais como a localização de uma única peça de informação, a identificação do tema principal de um texto ou a simples relação com o conhecimento do quotidiano. A média de alunos nesta situação no espaço da OCDE era de 18%.

A partir da análise do desempenho dos alunos portugueses em relação aos seus colegas dos restantes países, tendo presentes as médias obtidas na escala global de literacia em contexto de leitura, constatámos que a média portuguesa se situa abaixo da média da OCDE e muito aquém dos países que obtiveram melhores classificações médias. Ocupámos o 26º lugar no conjunto dos 31 países cujos dados foram divulgados.

Outra conclusão deste estudo diz respeito ao tipo de textos de suporte. Verificaram-

se melhores resultados na compreensão dos textos narrativos e piores na compreensão dos documentos.

1.2. Visão nacional

A par dos estudos internacionais sobre literacia em leitura, realizou-se, a nível nacional, um estudo centrado nesta temática: o *Estudo Nacional de Literacia*.

Foi levado a cabo por uma equipa coordenada por Ana Benavente, da qual faziam também parte Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, e visou uma população constituída por indivíduos de idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Deu origem ao livro *A Literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica* (Benavente *et al.*, 1996).

Metodologicamente e à semelhança dos estudos internacionais nesta área, procedeu-se à avaliação directa das competências de leitura, através da construção de uma prova nacional constituída por um conjunto de tarefas remetendo para os domínios pessoal, social e profissional. Assim, o *Estudo Nacional de Literacia* desenvolveu de raiz um teste de literacia. Este teste foi construído tendo em conta não só a especificidade do contexto sociocultural da realidade portuguesa, mas, sobretudo, a necessidade de avaliar competências de literacia transversais às sociedades contemporâneas.

Tendo presente o desempenho dos 2449 indivíduos que participaram neste estudo, a maior parte situou-se em níveis de literacia baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores. No Nível 0, situam-se 10,3% dos inquiridos, cujo posicionamento revela a incapacidade de resolver correctamente qualquer das tarefas. Os Níveis 1 e 2 englobam as maiores percentagens (37,0% e 32,1%, respectivamente). Finalmente, no Nível 3, encontra-se 12,7% da população e, no Nível 4, surge apenas 7,9%.

Posteriormente, a partir das provas de aferição de Língua Portuguesa, para o 4º Ano de escolaridade (a partir de 2000), o 6º Ano (a partir de 2001) e o 9º Ano (a partir de 2002), foram recolhidos e analisados dados que também permitiram chegar a algumas conclusões sobre o nível de literacia em leitura da população portuguesa a frequentar o Ensino Básico.

A Prova de Aferição de Língua Portuguesa para o 1º Ciclo, em 2000, contemplou, ao nível da compreensão na leitura, as seguintes componentes: compreensão da ideia principal de um texto, identificação da informação necessária à resposta que se encontra no texto, exactamente com as mesmas palavras, identificação da informação explícita no texto e resposta por palavras diferentes, também expressas no texto, e construção de inferências.

A análise de dados feita permite concluir que o desempenho ao nível da identificação

da informação necessária à resposta que se encontrava no texto, exactamente com as mesmas palavras, foi excelente. Em contrapartida, os alunos avaliados manifestaram muitas dificuldades nas restantes componentes referidas e, em particular, na construção de inferências. (Ministério da Educação, 2000)

Relativamente à Prova de Aferição de Língua Portuguesa do 1º Ciclo, em 2001, e às Provas de Aferição de Língua Portuguesa do 2º Ciclo e 3º Ciclo, segundo os relatórios elaborados pelo Departamento da Educação Básica, o desempenho dos alunos foi bom, uma vez que a maioria obteve níveis máximos nas competências em estudo. No entanto, continuaram a revelar muitas dificuldades na construção de inferências.

Estes resultados exigem uma reflexão profunda por parte dos responsáveis educativos e dos investigadores da área.

Num contexto de renovada preocupação educativa, no que diz respeito à compreensão na leitura e aos níveis de literacia, torna-se fundamental conceber, implementar e avaliar experiências de aprendizagem que:

- promovam o enriquecimento da competência comunicativa dos alunos, em termos semânticos, lexicais, morfológicos, sintácticos e pragmáticos (Costa, 1998);
- desenvolvam estratégias promotoras da activação e aprofundamento dos conhecimentos prévios dos alunos (Carreira, 2001; Carreira e Sá, 2004);
- contribuam para a aquisição/desenvolvimento de estratégias que permitam explorar a compreensão dos textos escritos a diferentes níveis [microestrutura, macroestrutura e superestrutura] (Giasson, 1993, 2004; Sá, 2004; Sim-Sim, 2006; Sim-Sim, 2007);
- favoreçam o envolvimento dos alunos em situações de leitura diversificadas, que tornem possível a realização de diferentes tipos de leitura, quer numa vertente informativa, quer numa vertente lúdica (Balula, 2007; Bentolila *et al.*, 1991; Sobrino, 2000);
- fomentem a abordagem transversal do ensino/aprendizagem da língua portuguesa, envolvendo a área curricular disciplinar do mesmo nome e, tanto quanto possível, as restantes áreas curriculares, disciplinares e não disciplinares (Sá, 2004; Sá e Martins, 2008);
- de um modo geral, expandam o universo de leitura dos nossos alunos.

É neste contexto que passaremos a analisar o papel que o manual escolar de Língua Portuguesa poderá desempenhar na promoção da leitura e no desenvolvimento de competências em compreensão na leitura por parte dos alunos.

2. Papel do manual de Língua Portuguesa na promoção da leitura e da literacia

No processo de ensino/aprendizagem em geral, o manual escolar tem-se assumido como um elemento regulador das práticas pedagógicas, quando deveria ser um instrumento orientador.

Como afirma Brito (1999: 142), “sabemos que, algumas vezes, infelizmente não é o programa que determina a prática lectiva e conduz o professor a definir os objectivos do ensino, porque é o manual escolar transformado num instrumento todo poderoso, que influencia e determina a prática pedagógica, às vezes, tomado por uns, como uma “bíblia”, cujo conteúdo é totalmente assumido como única verdade”.

No caso específico da área curricular disciplinar de Língua Portuguesa, o manual escolar tem como uma das suas finalidades essenciais ajudar a formar leitores competentes, nos termos acima referidos (Morais, 2006).

Assim sendo, importa reflectir sobre o papel a desempenhar pelos manuais escolares de Língua Portuguesa do Ensino Básico na promoção da leitura e da literacia, a fim de dotar os alunos de instrumentos indispensáveis à participação activa e crítica na sociedade em que se inserem, tanto mais que há pouca informação disponível sobre esta temática no que se refere à área de Didáctica do Português Língua Materna.

Estas motivações levaram-nos à concepção de um projecto intitulado *Os manuais e a transversalidade da língua portuguesa na compreensão na leitura. Um estudo no Ensino Básico*.¹

Para este projecto, definimos três objectivos.

O primeiro objectivo consiste em caracterizar o perfil de leitor a desenvolver, tendo em conta as actuais necessidades em termos de sucesso escolar e de integração social. Para a sua consecução, é necessário determinar as linhas gerais de um ensino da Língua Portuguesa que favoreça o desenvolvimento de competências transversais em compreensão na leitura, tendo por base a literatura da especialidade, e relacionar essas linhas gerais com as directrizes propostas pela política educativa portuguesa para este domínio.

O segundo objectivo implica analisar a adequação dos manuais de Língua Portuguesa para o Ensino Básico ao desenvolvimento de competências transversais associadas à compreensão na leitura. Para isso, torna-se necessário caracterizar a forma como a compreensão na leitura é abordada nos manuais de Língua Portuguesa dos vários ciclos do Ensino Básico e comparar o perfil traçado com os princípios definidos pela literatura da especialidade e as directrizes propostas pela política educativa portuguesa para este domínio.

1 Com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O terceiro e último objectivo é contribuir para a definição de princípios que promovam a elaboração de manuais mais adequados ao desenvolvimento de competências transversais associadas à compreensão na leitura.

Somos de opinião de que os manuais devem potenciar diferentes situações de leitura com vista à promoção da mesma, bem como da literacia, e à formação de leitores.

Deverão também sugerir caminhos para a abordagem da leitura como um acto sociocultural, princípio esse que implica a capacidade de adaptar as suas estratégias de leitura aos contornos específicos de cada situação desta natureza.

É ainda importante que os manuais se mobilizem para ajudar a escola a despertar no aluno o gosto pela leitura e a desenvolver nele hábitos a ela associados.

2.1. Linhas gerais da metodologia adoptada neste estudo

O estudo decorrente deste projecto e que dá corpo a esta reflexão deverá conduzir à produção de um documento contendo princípios que possam apoiar a elaboração de propostas didácticas efectivamente orientadas para o desenvolvimento de competências transversais associadas à compreensão na leitura. Pretendemos que este documento seja de interesse não só para os autores de manuais e para as editoras responsáveis pela sua concepção, mas também para os professores, podendo ajudá-los a seleccionar os manuais de uma forma mais criteriosa e a fazer um uso mais crítico dos mesmos.

Para construir princípios que promovam a elaboração de manuais mais adequados ao desenvolvimento de competências transversais associadas à compreensão na leitura e dar resposta às questões que subjazem aos nossos objectivos de investigação atrás referidos, definimos para este trabalho várias etapas.

Antes de mais, encetámos uma ampla pesquisa bibliográfica, com a finalidade de conduzir a uma revisão da literatura que tornasse possível determinar as linhas gerais de um ensino da Língua Portuguesa que favoreça o desenvolvimento de competências transversais no domínio da compreensão na leitura.

Ao mesmo tempo, pretendemos relacionar esses princípios com as linhas directrizes da actual política educativa para o ensino/aprendizagem da língua portuguesa.

Tendo em conta os objectivos e as questões de investigação formulados para o nosso estudo, recorreremos, particularmente, às metodologias qualitativas: mais concretamente, à análise documental, aplicada a um *corpus* constituído por nove manuais de Língua Portuguesa destinados aos anos terminais dos três ciclos que constituem o Ensino Básico.

Procedemos à selecção dos manuais a analisar, tendo em conta os seguintes critérios:

os ciclos de ensino e os anos de escolaridade a que se destinam, a provável amplitude da sua influência (tendo em conta o número de escolas em que foram adoptados) e a sua representatividade em termos de tendências editoriais (pressupondo que sejam analisados manuais de editoras diferentes).

Para orientar a análise dos manuais, elaborámos uma grelha, que deverá tornar possível a recolha de dados significativos e a sua análise e interpretação, em função dos objectivos formulados, assim como contribuir para a obtenção de respostas para as questões de investigação levantadas por este projecto.

Antes de dar início à análise de manuais, procedemos à validação da nossa grelha. Servimo-nos de duas formas de validação. Por um lado, a consulta de um painel de especialistas e, por outro, a análise piloto de um manual de Língua Portuguesa que não fazia parte da amostra permitiram colmatar algumas fragilidades que a grelha inicial comportava.

A partir de uma primeira análise dos manuais que fazem parte do *corpus* do nosso estudo e do estudo piloto que realizámos, exporemos de seguida algumas fragilidades que já é possível atribuir aos manuais de Língua Portuguesa do Ensino Básico

3. Algumas observações decorrentes do estudo em curso

O trabalho já realizado permitiu-nos construir algumas ideias importantes, que estão na base da análise de manuais de Língua Portuguesa para os três ciclos do Ensino Básico que estamos a realizar.

Antes de mais, confirmámos a ideia de que os manuais escolares ocupam uma posição de destaque no quotidiano da sala de aula e na orientação das práticas pedagógicas.

Esta centralidade excessiva dada ao manual escolar no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa prejudica o desenvolvimento de competências a ele associadas por parte dos alunos.

Pensamos que o manual deve apresentar-se não como um regulador do processo de ensino/aprendizagem, mas sim como um orientador deste, o que não acontece no contexto actual do sistema educativo português.

Para cumprir esta função, o manual necessita de se constituir num aliado do professor, permitindo-lhe recorrer a práticas pedagógicas orientadas para o desenvolvimento de competências por parte do aluno. Isso implica um ensino que atribua um papel activo ao aluno, convertendo o professor num orientador e facilitador da aprendizagem.

Segundo alguns estudos (cf., por exemplo Alarcão *et al.*, 2004), verifica-se um

desfasamento entre o discurso didáctico teórico e a qualidade dos manuais e materiais de ensino. Reconhece-se aos programas, de um modo geral, níveis de qualidade reconhecidos. No entanto, os manuais são alvo de duras críticas e, a avaliar pela influência que exercem sobre a acção pedagógica, será de admitir uma relação entre a qualidade do seu discurso regulador e as práticas vigentes na sala de aula, que apresentam grandes fragilidades.

Desta forma, é tempo de nos interrogarmos sobre a resposta que estamos a dar a este problema, por acharmos que pode residir aí um contributo para a inovação das concepções e práticas.

No caso específico do ensino/aprendizagem da compreensão na leitura, o manual de Língua Portuguesa deverá ajudar o docente a fomentar o desenvolvimento de competências neste domínio por parte dos alunos, contribuindo para a promoção da leitura e da literacia nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Básico, que, em Portugal, corresponde ainda à escolaridade obrigatória.

Neste contexto, várias são as questões que se colocam. De que forma o manual promove junto das crianças e jovens o gosto pela leitura? Quando promove e incentiva esse gosto, sabendo-se hoje que é através do gosto pela leitura que se adquirem competências que farão dessas crianças e jovens cidadãos socialmente mais integrados e culturalmente mais ricos?

Em diferentes etapas da vida, crianças, adolescentes e adultos estão receptivos a diferentes tipos de promoção da leitura. Parece-nos, pois, que é importante questionar a forma como os manuais aproveitam essa abertura. As medidas que apresentam são apropriadas ou revelar-se-iam mais eficazes noutras etapas? Que importância conferem à leitura nos vários graus de ensino? Será que definem o que devem ler os alunos em cada grau de ensino? Quais as medidas de promoção da leitura preferidas pelos manuais e quais as que sabemos resultarem?

Estas são algumas das questões que serviram de ponto de partida à nossa reflexão e às quais os manuais nem sempre dão resposta.

Apesar de não ser o esperado, o que muitas vezes chega aos professores e aos alunos, sob a forma de manuais, são imagens pálidas, simplificadas e, por vezes, arresgadas, porque decorrentes de interpretações subjectivas, de professores ou de pequenos grupos de professores, dos princípios e das opções curriculares e didácticas determinantes do processo de ensino e de aprendizagem.

Partindo de alguns resultados do estudo piloto que realizámos e de uma primeira análise dos nove manuais que fazem parte do corpus do nosso estudo, estamos em condições de afirmar que os manuais de Língua Portuguesa do Ensino Básico nem sempre contemplam dimensões como: as concepções de leitura e do seu ensino; a aquisição e desenvolvimento de estratégias de compreensão e de interpretação

textuais; o contacto com textos de natureza diversificada; a promoção da pesquisa, tratamento, selecção e organização de informação recolhida através da leitura; e, por último, a motivação para a leitura.

Na maioria dos manuais de Língua Portuguesa para o Ensino Básico, a leitura apresenta características pouco compatíveis com os objectivos que este domínio parece visar, no *Currículo Nacional para o Ensino Básico* (Ministério da Educação, 2001).

O manual de Língua Portuguesa continua a não privilegiar práticas de compreensão dos textos que conduzam a leituras plurais, capazes de formar sujeitos-leitores que possuam competências de leitura que ultrapassem a mera descodificação dos textos e que participem activamente na construção dos sentidos desses mesmos textos.

Estudos realizados sobre manuais de Língua Portuguesa validam as fragilidades dos manuais por nós detectadas (cf., por exemplo: Castro, Rodrigues, Silva e Sousa, 1999; Dionísio, 2000; Vieira, 2005).

Enunciamos agora algumas das características dos manuais que consideramos que interferem negativamente na formação de leitores motivados, competentes e críticos:

a) As leituras e os leitores são “formatados” – o manual fixa a interpretação dos textos que deve ser feita, tomando-a como a única válida e a ser tida em conta nas leituras efectuadas.

b) Veiculam sentidos “prontos-a-usar” – os autores de manuais, quer ao descreverem o que observam, quer ao tirar conclusões sobre o que leram, quer ainda ao avaliar o texto, delineiam o seu envolvimento com o mesmo, dando-o a ler aos alunos à semelhança da leitura já por si realizada. Desta forma, o processo de leitura é encarado com um processo de reprodução de sentido em detrimento da construção de sentido que seria de esperar tendo em conta a singularidade e os conhecimentos de cada leitor.

c) As leituras são impostas e realizadas sob controlo – decorrentes das características anteriores. Face aos textos apresentados pelo manual, o leitor vê-se confrontado com limitações várias à sua intervenção sobre os mesmos e sente-se coagido a responder dentro de um determinado quadro, já definido pelas actividades que lhe são apresentadas.

d) As operações de leitura predominantes centram-se ao nível da leitura como descodificação, já que a identificação e a confirmação são as operações de leitura que dominam a leitura dos textos dos manuais. Desta forma, o leitor está perante um contexto de movimentos de leitura muito pouco diversificado, onde só muito raramente realiza a leitura compreensão.

As operações de leitura aceites pela investigação neste domínio e divulgadas em vários estudos sobre manuais escolares e interacção verbal na sala de aula (cf., por exemplo, Dionísio, 2000 e Vieira, 2005) são: identificação, reorganização, inferência, avaliação, apreciação, mobilização, justificação, classificação e decodificação.

Achamos que os manuais devem proporcionar aos alunos a possibilidade de realizar na leitura da sala de aula e fora todas as operações referidas. Só desta forma se estará a criar condições para que possam desenvolver a sua capacidade para compreender, usar textos escritos e reflectir sobre eles, de modo a atingir os seus objectivos, a desenvolver os seus próprios conhecimentos e potencialidades e a participar activamente na sociedade.

Em todos os estudos sobre literacia em leitura, a população portuguesa revelou muitas dificuldades ao nível da construção de inferências.

Apesar de ser pela inferência que o aluno confronta o seu objecto de leitura – o texto – com a sua própria visão de mundo, assim construindo o significado daquilo que está a ler, estamos em condições de afirmar que ela é pouco valorizada no trabalho com os textos que os manuais apresentam.

e) Predomínio de “textos transparentes” – textos esses que claramente evidenciam os sentidos que o leitor deles deve extrair, logo, que não possibilitam leituras várias, exercendo assim um forte controlo sobre a actividade interpretativa do aluno, que vê desvalorizado o seu papel como leitor. Desta forma, os manuais de Língua Portuguesa têm vindo a apresentar-se como uma entidade pedagógica, que tende a anular qualquer leitura pessoal dos textos propostos, impondo verdades tidas como universais e indiscutíveis. Nesta perspectiva, o manual não só anula a autonomia do leitor no acto interpretativo, como também vinca claramente as estratégias pedagógicas a utilizar para o estudo desses mesmos textos, procedimentos que se tornam ainda mais evidentes nos textos pertencentes à esfera literária.

De um modo geral, os manuais concebem a leitura como um produto e não como um processo. Neste contexto, o papel de leitor é passivo e muito desvalorizado.

Tendo presente o *Currículo Nacional do Ensino Básico* (Ministério da Educação, 2001), todas as características agora apontadas aos manuais devem ser sujeitas a uma profunda discussão, sendo fundamental interpelá-los quanto à forma como vão sendo construídos os degraus que sustentam saberes e competências.

Temos também de superar a abordagem centrada na mera transmissão de conteúdos que ainda prevalece nos manuais e nas práticas pedagógicas, focalizando o processo de ensino/aprendizagem no desenvolvimento de competências.

Outros aspectos igualmente negativos e que precisam de ser ultrapassados dizem respeito à detecção de erros científicos e de linguagem, à utilização de vocabulário desadequado à idade dos alunos, à não contemplação dos objectivos definidos no programa, às imprecisões conceptuais, ao aprofundamento excessivo de uns temas e inclusão de outros não exigíveis, em detrimento de outros pouco ou mal abordados.

Os manuais devem ainda permitir que os alunos utilizem as diferentes fases do

contacto com o texto escrito – pré-leitura, leitura compreensiva e questionamento –, o que acontece com pouca frequência.

Como afirmámos anteriormente (Martins e Sá, 2008: 243, 244), “O manual escolar, como promotor da compreensão leitora, deve permitir criar uma atmosfera propícia à leitura, apresentando finalidades, objectivos a atingir e competências a desenvolver aquando da prática de leitura. Deve também disponibilizar aos alunos e ao professor todos os conteúdos do currículo e materiais de leitura diversificados que os permitam trabalhar, possibilitando a variação das experiências de leitura dos alunos, para os motivar para a mesma.”

Deste modo, há todo um trabalho a fazer para adequar o manual de Língua Portuguesa às suas funções e às exigências de uma sociedade pós-moderna, onde o indivíduo é avaliado pela sua capacidade de compreender o que o rodeia e agir criticamente em função dela.

4. Considerações finais

Conscientes da importância que a leitura tem em toda a vida do indivíduo – no seu desenvolvimento pessoal e social, no sucesso educativo, na formação da personalidade, na autonomia, na sua forma de estar e compreender o seu espaço de inserção –, torna-se necessário reflectir sobre as situações de aprendizagem da leitura vividas no universo escolar e sobre a aquisição de instrumentos essenciais e estruturantes dos mecanismos necessários às competências básicas de leitura.

Os manuais escolares constituem um auxiliar relevante entre os instrumentos de suporte do processo de ensino/aprendizagem e que favorecem o processo educativo. Eles desempenham um papel determinante no contexto escolar, fornecem elementos de leitura e decodificação real, esclarecem objectivos de aprendizagem e transmitem valores, configurando significativamente as práticas pedagógicas.

Desta reflexão podemos concluir ainda que o manual, para além de constituir o principal determinante do trabalho desenvolvido na sala de aula, exerce uma influência significativa no processo de ensino-aprendizagem da leitura, na aquisição e desenvolvimento de competências de compreensão na leitura e na promoção de hábitos de leitura.

No seguimento deste estudo, continuaremos à procura de respostas possíveis para as questões-chave da promoção da leitura e das competências literárias, apresentadas ao longo desta reflexão.

Terminamos afirmando que o manual é um auxiliar precioso no apoio à leccionação da área curricular disciplinar de Língua Portuguesa, pelo que deve haver, por parte dos

autores, um cuidado especial na sua concepção e, por parte dos professores, um cuidado especial na sua escolha e utilização, de modo a que ele se constitua, efectivamente, como um bom instrumento de trabalho e contribua para a qualidade de ensino.

Este determina, em grande parte, a forma como os professores ensinam a língua portuguesa e a forma como os alunos a aprendem.

Partilhamos da opinião de alguns autores (Dionísio, 2000; Castro, Rodrigues, Silva, *et al.*, 1999; Cabral, 2005), quando argumentam que o manual escolar muitas vezes dita o currículo de Língua Portuguesa a que são submetidos os alunos e, dessa forma, torna-se na principal fonte de conhecimento para a maioria deles.

Bibliografia:

- Alarcão, I. (coord.) (2004). Percursos de consolidação da didáctica de línguas em Portugal. *Investigar em Educação. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, 3, 235-302.
- Balula, J. P. R. (2007). *Estratégias de leitura funcional no ensino-aprendizagem do português*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Benavente, A. (coord.) (1996). *A literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação
- Bentolila, A., Chevalier, B. & Falcoz-Vigne, D. (1991). *La lecture. Apprentissage, évaluation, perfectionnement*. Paris: Nathan.
- Brito, A. (1999). A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios de reflexão. In R. V. Castro, A. Rodrigues, J. L. Silva *et al.* (orgs.), *Manuais escolares: estatuto, funções, história* (pp. 139-148). Braga: Universidade do Minho.
- Cabral, M. (2005). *Como analisar manuais escolares*. Lisboa: Texto Editores.
- Carreira, J. S. (2001). *O papel do conhecimento prévio na compreensão na leitura: estratégias de activação e desenvolvimento*. Tese de mestrado não publicada. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Carreira, J. S. & Sá, C. M. (2004). O papel do conhecimento prévio na compreensão na leitura: estratégias de activação e desenvolvimento. In M. H. A. e Sá, M. H. Ançã & A. Moreira (Coord.), *Transversalidades em Didáctica das Línguas* (pp. 73-82). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Castro, R. V. et al. (orgs.) (1999). *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. Braga: Universidade do Minho.
- Costa, M. A. (1998). Saber ler e saber ensinar a ler do Básico ao Secundário. In R. V. Castro & M. L. Sousa (orgs.), *Linguística e Educação* (pp. 69-82). Lisboa: Edições Colibri/Associação Portuguesa de Linguística.
- Dionísio, M. L. (2000). *A construção escolar de comunidades de leitores*. Coimbra: Livraria Almedina.

- Elly, W. B. (1992). *How in the world do students read?* Hamburg: IEA.
- Giasson, J. (1993). *A compreensão na leitura*. Porto: Edições ASA.
- Giasson, J. (2004). *La lecture. De la théorie à la pratique*. Bruxelles: De Boeck.
- Martins, M. E., Sá, C. M. (2008). Ser leitor no século XXI – Importância da compreensão na leitura para o exercício de uma cidadania responsável e activa. *Saber (e) Educar*, 13, 235-246.
- Ministério da Educação (2000). *Provas de aferição do ensino básico 4º Ano - 2000*. Lisboa: ME-DEB.
- Ministério da Educação (2001). *Currículo nacional do ensino básico. Competências essenciais*. Lisboa: ME-DEB..
- Morais, E. F. (2006). *Como ensinar a compreensão leitora no primeiro ciclo do ensino básico*. Tese de mestrado não publicada. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- OECD & Ministry of Industry of Canada (2000). *Literacy in the information age. Final report of the International Adult Literacy Survey*. Paris: OECD
- OECD (2001). *Knowledge and skills for life: first results from PISA 2000*. Paris: OCDE.
- Sá, C. M. (2004). *Leitura e compreensão escrita no 1º ciclo do ensino básico: algumas sugestões didácticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sim-Sim, I. (Org.) (2006). *Ler e ensinar a ler*. Porto: Edições Asa.
- Sim-Sim, I. (2007). *O ensino da leitura: a compreensão de textos*. Lisboa: ME-DGIDC.
- Sim-Sim, I. & Ramalho, G. (1993). *Como lêem as nossas crianças? Caracterização do nível de literacia da população escolar portuguesa*. Lisboa: ME-GEP.
- Sobrinho, J. G. (2000). *A criança e o livro: a aventura de ler*. Porto: Porto Editora.
- Sá, C. M. & Martins, M. E. (2008). *Actas do Seminário “Transversalidade da língua portuguesa: representações, instrumentos e práticas”*. Aveiro: Universidade de Aveiro/Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa.
- Vieira, A. S. S. (2005) *O desenvolvimento da competência de leitura em manuais escolares de língua portuguesa*. Tese de mestrado não publicada. Universidade do Minho, Braga.

